

Invalidez do Negócio Jurídico: Nulidade e Anulabilidade no Código Civil

Descrição

Teoria Geral das Invalididades

A invalidade do negócio jurídico é matéria central do Direito Civil e uma das mais cobradas em concursos públicos. Compreender a distinção entre **nulidade** e **anulabilidade** é fundamental para o sucesso nas provas.

Distinção Fundamental: Nulidade versus Anulabilidade

O sistema do Código Civil de 2002 adota a **teoria dualista** das invalidades, distinguindo dois regimes jurídicos distintos:

NULIDADE ABSOLUTA (arts. 166-170): Vício grave que atinge interesse público; o negócio é **gravemente defeituoso** desde a origem.

ANULABILIDADE (arts. 171-181): Vício menos grave que protege principalmente interesses privados; o negócio é **relativamente defeituoso**.

Esta distinção não é apenas teórica; cada regime tem consequências práticas distintas quanto à legitimidade, prazo, possibilidade de confirmação, produção de efeitos e pronunciamento judicial.

Planos de Existência, Validade e Eficácia

Antes de adentrar nas invalidades, é essencial compreender os três planos do negócio jurídico:

Plano da Existência: Negócio existe quando presentes os elementos estruturais:

- Agente (pessoa que manifesta vontade)
- Vontade (declaração)
- Objeto (conteúdo)
- Forma (meio de expressão)

Plano da Validade: Negócio é válido quando atende aos requisitos do art. 104:

- Agente capaz
- Objeto lícito, possível, determinado ou determinável
- Forma prescrita ou não defesa em lei

Plano da Eficácia: Negócio produz efeitos quando não há óbice à produção de suas consequências jurídicas.

Nulidade e anulabilidade situam-se no **plano da validade**. Um negócio pode existir sem ser válido; pode ser válido sem ser eficaz.

Nulidade Absoluta: Hipóteses Legais

Artigo 166: Rol de Nulidades

O artigo 166 estabelece um **rol taxativo** (numerus clausus) das hipóteses de nulidade absoluta. Memorize cada inciso:

Inciso I - Agente Absolutamente Incapaz

é nulo o negócio jurídico quando celebrado por pessoa absolutamente incapaz.

Hipótese: Negócio praticado por absolutamente incapaz sem representação legal.

Fundamento: Falta elemento essencial de validade (agente capaz - art. 104, I).

Incapazes Absolutos (art. 3º do CC):

- Menores de 16 anos
- Aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos (após decisão judicial - Lei 13.146/2015)
- Aqueles que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade

A Lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) alterou substancialmente este rol, reduzindo drasticamente as hipóteses de incapacidade absoluta.

Consequência: Nulidade absoluta (não anulabilidade). Se houver representação legal válida, o ato é válido.

Inciso II - Objeto Ilícito, Impossível ou Indeterminável

é nulo o negócio jurídico quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.

Três hipóteses distintas:

a) Objeto Ilícito: Contrário à lei, ordem pública ou bons costumes.

- Exemplos: Contrato de tráfico de drogas, venda de órgãos humanos, jogo de azar não autorizado.

b) Objeto Impossível: Física ou juridicamente irre realizável.

- **Impossibilidade física:** Tocar o céu com as mãos, venda da lua.
- **Impossibilidade jurídica:** Venda de bem público inalienável, herança de pessoa viva.

Ressalva do Art. 106: Impossibilidade **relativa** ou que cesse antes da condiçãõ não é inválida. Refere-se a impossibilidade absoluta e definitiva.

c) Objeto Indeterminável: Não é determinado nem suscetível de determinação.

- **Diferença:** Determinável (válido) vs. Indeterminável (nulo)
- Exemplo válido: Compro 100 sacas do café que você colher na próxima safra (determinável)
- Exemplo nulo: Compro alguma coisa sua (indeterminável)

Inciso III Motivo Determinante Ilícito Comum

é nulo o negócio jurídico quando o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito.

Elementos constitutivos:

- 1. Motivo determinante:** Razão principal que levou à prática do ato.
- 2. Ilícitude:** Contrariedade à lei, ordem pública ou bons costumes.
- 3. Comum:** Ambas as partes conhecem e compartilham o motivo ilícito.

Exemplo Clássico: A vende imóvel a B para que este instale casa de prostituição, sendo esta a razão conhecida por ambos. O motivo ilícito comum gera nulidade.

Diferença do Art. 140 (falso motivo): Aqui o motivo é real mas ilícito, e deve ser comum. No art. 140, o motivo é falso (erro).

Fundamento: Repressão à imoralidade; ninguém pode beneficiar-se da própria torpeza.

Inciso IV Forma Prescrita em Lei não Observada

é nulo o negócio jurídico quando não revestir a forma prescrita em lei.

Princípio Geral: Liberdade de forma (art. 107) - negócios são válidos independentemente de forma especial.

Exceção: Quando a lei exige forma específica como requisito de validade (*forma ad solemnitatem*).

Exemplos:

- Escritura pública para negócios sobre imóveis acima de 30 salários mínimos (art. 108)
- Instrumento público ou particular para doação (art. 541)
- Escritura pública para testamento público (art. 1.864)

Distinção Crucial:

- **Forma ad solemnitatem** (essencial à validade): Falta gera **nulidade**

- **Forma ad probationem** (apenas para prova): Falta não invalida, apenas dificulta prova

Ponto de Atenção: Não confundir o inciso IV com o inciso V. O IV refere-se à forma do negócio em si; o V, a solenidades específicas.

Inciso V – Solenidade Essencial Preterida

é nulo o negócio jurídico quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade.

Solenidade: Formalidade específica exigida por lei para determinados atos.

Exemplos:

- Presença de testemunhas no testamento (arts. 1.864 e ss.)
- Assinatura de ambos os cônjuges no pacto antenupcial (art. 1.653)
- Homologação judicial em certos atos (art. 1.773 – emancipação por concessão dos pais)

Diferença do Inciso IV:

- Inciso IV: Forma geral do negócio (escrita, pública, etc.)
- Inciso V: Solenidades específicas dentro da forma

Inciso VI – Fraude à Lei Imperativa

é nulo o negócio jurídico quando tiver por objetivo fraudar lei imperativa.

Fraude à Lei (*fraus legis*): Negócio aparentemente lícito, mas que visa contornar proibição legal.

Características:

- Meio aparentemente lícito
- Fim ilícito (violar norma cogente)
- Artifício para escapar de proibição legal

Exemplo Clássico: Lei proíbe venda de imóvel rural a estrangeiro acima de certo limite. Estrangeiro constitui empresa brasileira apenas para comprar o imóvel, burlando a restrição.

Diferença:

- **Fraude à lei:** Contorna norma imperativa (nulidade)
- **Fraude contra credores:** Prejudica credores (anulabilidade)
- **Simulação:** Aparência diversa da realidade (nulidade – art. 167)

Norma Imperativa (cogente): Não pode ser afastada pela vontade das partes. **Norma Dispositiva:** Pode ser afastada pelas partes.

Inciso VII – Proibição Legal sem Sanção ou Declaração Expressa de Nulidade

é nulo o negócio jurídico quando a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção.

Duas hipóteses:

a) Lei expressamente declara nulo:

- Exemplo: Art. 426 Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva.

b) Lei proíbe sem cominar outra sanção:

- Quando lei proíbe conduta sem estabelecer sanção específica, a consequência é nulidade.
- Exemplo: Art. 496 anulável a venda de ascendente a descendente, salvo! Aqui a lei expressamente diz anulável. Mas se apenas proibisse sem dizer a sanção, seria nulidade.

Regra Hermenêutica:

- Lei diz "é nulo" ou "não pode" sem sanção = **Nulidade**
- Lei diz "é anulável" = **Anulabilidade**
- Lei prevê sanção específica (multa, perda de direito) = Essa sanção, não nulidade

Simulação: Espécie Especial de Nulidade

Conceito e Natureza

Artigo 167: é nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

Simulação: Declaração de vontade enganosa, destinada a produzir efeito diverso do ostensivamente indicado.

Inovação do CC/2002: O Código de 1916 tratava simulação como anulabilidade (art. 102). O Código de 2002 a elevou a **nulidade absoluta**.

Fundamento: Protege a verdade, a boa-fé e a segurança jurídica.

Elementos da Simulação

- Declaração enganosa:** Aparência diversa da realidade.
- Intencionalidade:** Vontade deliberada de criar aparência falsa (*animus simulandi*).
- Divergência consciente:** Entre a vontade real e a declarada.
- Intuito de enganar terceiros:** Não basta divergência; deve haver propósito de iludir.

Espécies de Simulação

Simulação Absoluta: Aparenta-se negócio que não existe; nada se quer realmente.

- Exemplo: Devedor simula venda de bens a parente para fugir de credores, mas continua usando os bens.
- **Consequência:** Negócio simulado é **nulo**; nada subsiste.

Simulação Relativa: Oculta-se negócio real (dissimulado) sob aparência de outro (simulado).

- Exemplo: Doação disfarçada de compra e venda para evitar imposto de doação.
- **Consequência:** Negócio simulado é **nulo**, mas o dissimulado **subsiste** se válido (art. 167, caput).

Hipóteses de Simulação (Art. 167)

Inciso I - Simulação Subjetiva (Interposta Pessoa)

Haverá simulação nos negócios jurídicos quando aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem.

Conceito: Usa-se o teste de ferro (interposta pessoa ou *homo figuratus*).

Exemplo: A quer vender a C, mas há impedimento legal. A vende a B (interposta pessoa), que imediatamente revende a C.

Variação - Simulação por Presta-Nome: Pessoa figura como titular, mas age por conta de outrem.

Inciso II - Simulação Objetiva (Declaração Não Verdadeira)

Haverá simulação nos negócios jurídicos quando contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira.

Conceito: Insere-se no negócio elemento não verdadeiro.

Exemplos:

- Preço simulado (declara R\$ 100.000,00, mas pagou R\$ 50.000,00)
- Condição fictícia
- Confissão falsa de dívida

Inciso III - Simulação por Alteração da Data

Haverá simulação nos negócios jurídicos quando os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

Conceito: Falsidade ideológica da data do documento.

Antedata: Data anterior à real.

- Exemplo: Documento feito em 2024, mas datado de 2020 para criar aparência de anterioridade.

Post-data: Data posterior à real.

- Exemplo: Documento feito em 2020, mas datado de 2024.

Objetivo: Geralmente, fraudar lei ou prejudicar terceiros.

Observação: Deve haver intuito de enganar. Mero erro de data não é simulação.

Proteção aos Terceiros de Boa-Fé

Art. 240: Ressalvam-se os direitos de terceiros de boa-fé em face dos contraentes do negócio jurídico simulado.

Princípio: Terceiros de boa-fé não podem ser prejudicados pela simulação entre as partes.

Exemplo: A simula venda de imóvel a B. B vende o imóvel a C, terceiro de boa-fé que desconhecia a simulação. C está protegido.

Requisito: Boa-fé (desconhecimento da simulação).

Fundamento: Proteção à confiança legítima e segurança jurídica das transações.

Súmula 242 do STJ: É vedada a aquisição, por usucapião, de bens de incapazes, mesmo que sob a proteção dos pais ou responsáveis.

Esta súmula, embora não trate diretamente de simulação, frequentemente aparece em questões sobre proteção de incapazes e validade de negócios.

Regime Jurídico da Nulidade Absoluta

Legitimidade para Arguição

Artigo 168: As nulidades dos artigos antecedentes podem ser alegadas por qualquer interessado, ou pelo Ministério Público, quando lhe couber intervir.

Legitimados Ativos:

1. Qualquer interessado: Não apenas as partes, mas qualquer pessoa com interesse jurídico.

- Exemplos: Partes do negócio, credores, herdeiros, cônjuge.

2. Ministério Público: Quando atua como fiscal da lei (*custos legis*).

- Hipóteses: Interesses de incapazes, indisponíveis, coletivos (arts. 178, II, CPC e 82, CDC).

3. Juiz de ofício: Pode declarar nulidade independentemente de provocação (parágrafo único).

Esta amplitude de legitimação é característica essencial da nulidade absoluta, diferenciando-a da anulabilidade.

Pronunciamento Judicial

Parágrafo único: As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, não lhe sendo permitido supri-las, ainda que a requerimento das partes.

Declaração de Ofício: Juiz **deve** (não pode) declarar nulidade ao conhecê-la, mesmo sem pedido.

Limites:

- Deve estar nos autos (princípio do dispositivo - CPC)
- Deve estar provada
- Observa-se o contraditório

Vedação de Suprimento: Juiz não pode consertar negócio nulo, nem a pedido das partes.

Natureza da Sentença Declaratória (não constitutiva). A nulidade existe desde a origem; a sentença apenas reconhece.

Efeitos: *Ex tunc* (retroativos) - negócio nulo desde sempre.

Impossibilidade de Confirmação

Artigo 169: O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo.

Duas consequências:

1. Não admite confirmação (ratificação): As partes não podem convalidar o ato.

- Fundamento: Interesse público prevalece sobre vontade das partes.

2. Não convalesce pelo tempo: Não há prazo prescricional ou decadencial.

- A nulidade é **imprescritível e perpétua**.
- Pode ser alegada a qualquer tempo.

Exceção aparente: Teoria da *Putatividade* e situações consolidadas pelo tempo podem gerar efeitos práticos limitados (ex: casamento putativo - art. 1.561), mas não confirmam o ato nulo.

Esta é a diferença essencial entre nulidade e anulabilidade. Negócio anulável admite confirmação (art. 172) e tem prazo decadencial (art. 178).

Conversão Substancial do Negócio Nulo

Artigo 170: Se, porém, o negócio jurídico nulo contiver os requisitos de outro, subsistirá este quando o fim a que visavam as partes permitir supor que o teriam querido, se houvessem previsto a nulidade.

Conceito: Conversão substancial (*conversio negotii*) é a transformação de negócio nulo em outro válido, cujos requisitos estejam presentes.

Requisitos cumulativos:

- 1. Requisitos objetivos:** Negócio nulo contém todos os elementos de outro negócio válido.
- 2. Requisito subjetivo:** Presunção de que as partes teriam querido o negócio válido se soubessem da nulidade.
- 3. Identidade de finalidade:** Mesmo objetivo econômico-social.

Exemplo Clássico: Testamento público nulo por inobservância de formalidade pode converter-se em codicilo (se atender aos requisitos deste).

Diferença:

- **Conversão substancial** (art. 170): Transforma negócio nulo em outro
- **Redução do negócio** (art. 184): Aproveita parte válida do mesmo negócio

Natureza: Aplicação do princípio da conservação dos negócios jurídicos (*favor negotii*).

Observação: É instituto de aplicação excepcional; presume-se vontade hipotética das partes.

Anulabilidade: Hipóteses e Regime Jurídico

Casos de Anulabilidade

Artigo 171: Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico:

Rol Exemplificativo: Além dos casos expressamente declarados na lei, indica que o rol não é exaustivo, diferentemente da nulidade.

Inciso I - Incapacidade Relativa

É anulável o negócio jurídico por incapacidade relativa do agente.

Relativamente Incapazes (art. 4º):

- Maiores de 16 e menores de 18 anos
- Ébrios habituais e viciados em tóxico

- Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade
- Prédigos

Consequência: Anulabilidade (não nulidade), protegendo o incapaz sem inviabilizar suas relações jurídicas.

Necessidade de Assistência: Incapaz relativo deve ser **assistido** (não representado). Se atuar sozinho, ato é anulável.

Inciso II - Vícios do Negócio

é anulável o negócio jurídico por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores.

Lista Completa dos Defeitos (já estudados no capítulo anterior):

- Erro ou ignorância (arts. 138-144)
- Dolo (arts. 145-150)
- Coação (arts. 151-155)
- Estado de perigo (art. 156)
- Lesão (art. 157)
- Fraude contra credores (arts. 158-165)

Observação: Todos os defeitos do negócio jurídico geram **anulabilidade**, nunca nulidade absoluta.

Outros Casos Legais de Anulabilidade:

- Venda de ascendente a descendente sem consentimento dos demais (art. 496)
- Doação do cônjuge adúltero ao cúmplice (art. 550)
- Partilha com vícios (art. 2.027)

Confirmação do Negócio Anulável

Artigo 172: O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

Confirmação (ratificação): Ato jurídico pelo qual se convalida negócio anulável, renunciando à ação de anulação.

Legitimidade: Apenas a parte prejudicada pode confirmar (não a beneficiada).

Requisito: Cessação do vício (exemplo: cessação da incapacidade, da coação).

Limite: Salvo direito de terceiro, não pode prejudicar terceiros.

Exemplo: Credor não pode ter seu direito de anular fraude afetado por confirmação do devedor e adquirente.

Natureza Jurídica: Negócio jurídico unilateral, irrevogável e irratificável.

Formas de Confirmação:

- **Expressa** (art. 173)
- **Tácita** (art. 174)

Artigo 173: O ato de confirmação deve conter a substância do negócio celebrado e a vontade expressa de mantê-lo.

Confirmação Expressa: Declaração formal de vontade.

Requisitos:

1. **Substância do negócio:** Identificação do negócio confirmado
2. **Vontade expressa:** Manifestação inequívoca de mantê-lo

Forma: Livre, mas recomenda-se escrita para prova.

Artigo 174: É escusada a confirmação expressa, quando o negócio já foi cumprido em parte pelo devedor, ciente do vício que o inquinava.

Confirmação Tácita: Decorre de atos inequívocos de execução.

Requisitos:

1. Cumprimento parcial do negócio
2. **Ciência do vício:** Devedor sabia da anulabilidade
3. Cumprimento voluntário (não por coação ou erro)

Exemplo: Menor emancipado que, após atingir maioridade (cessar incapacidade), continua pagando prestações de contrato, sabendo que poderia anulá-lo.

Fundamento: Comportamento concludente (*facta concludentia*); vedação ao *venire contra factum proprium*.

Efeitos da Confirmação

Artigo 175: A confirmação expressa, ou a execução voluntária de negócio anulável, nos termos dos arts. 172 a 174, importa a extinção de todas as ações, ou exceções, de que contra ele dispusesse o devedor.

Consequências:

1. **Extinção das ações:** Não se pode mais propor a ação anulatória
2. **Extinção das exceções:** Não se pode mais alegar anulabilidade em defesa
3. **Irretratabilidade:** Confirmação não pode ser desfeita

Efeito: *Ex nunc* (da confirmação em diante) não retroage.

Artigo 176: Quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, será validado se este vier posteriormente.

Hipótese Específica: Negócio anulável por falta de autorização (exemplos: art. 1.647 - alienação de imóvel sem autorização do cônjuge; art. 1.691 - venda de bem de filho menor).

Solução: Autorização posterior **convalida** o ato.

Natureza: Confirmação por terceiro (não pela parte).

Efeito: Retroativo (*ex tunc*) - negócio considera-se válido desde a origem.

Ponto de Atenção: Esta exceção à regra de que confirmação não retroage.

Regime Procedimental da Anulabilidade

Artigo 177: A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; são os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.

Cinco características essenciais:

1. Necessidade de Sentença: Anulabilidade só opera após decisão judicial.

- Negócio produz efeitos até ser anulado.
- Diferença da nulidade (já é inválida desde a origem).

2. Não se Pronuncia de Ofício: Juiz **não pode** declarar anulabilidade sem pedido.

- Deve haver provocação da parte interessada.
- Diferença da nulidade (juiz declara de ofício).

3. Legitimidade Restrita: São os interessados a podem alegar.

- Apenas a parte prejudicada (não qualquer interessado).
- Geralmente, o incapaz ou vítima do ato.
- Ministério Público só excepcionalmente (representando incapaz).

4. Efeitos Restritos ao Alegante: Aproveita exclusivamente aos que a alegarem.

- Anulação beneficia apenas quem pleiteou.
- Não atinge outras partes que não a invocaram.

5. Exceções: Salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.

- **Obrigações solidárias:** Anulação aproveita aos coobrigados (art. 281).
- **Obrigações indivisíveis:** Natureza do objeto impede fracionamento.

Observação: Estas características diferenciam substancialmente a anulabilidade da nulidade.

Prazos Decadenciais

Artigo 178: Até de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado:

Prazo Geral: 4 anos (decadência, não prescrição).

Decadência: Perda do direito potestativo de anular por inércia no prazo legal.

Termo Inicial (varia conforme a hipótese):

Inciso I Do dia em que ela cessar.

- Conta-se da **cessação da coação** (não da celebração do negócio).
- Fundamento: Enquanto coagido, não tem liberdade para agir.

Inciso II Demais Vícios: Do dia em que se realizou o negócio jurídico.

- Erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo e lesão: da celebração.
- Fundamento: Vítima tem condições de agir desde logo.

Inciso III Atos de Incapazes: Do dia em que cessar a incapacidade.

- Conta-se da maioridade ou emancipação (incapacidade relativa).
- Fundamento: Incapaz não pode demandar sozinho; aguarda-se capacidade plena.

Ponto de Atenção: Memorize os termos iniciais diferenciados; questão recorrente em concursos.

Artigo 179: Quando a lei dispuser que determinado ato é anulável, sem estabelecer prazo para pleitear-se a anulação, será este de dois anos, a contar da data da conclusão do ato.

Prazo Subsidiário: 2 anos quando a lei declara anulabilidade mas não fixa prazo.

Termo Inicial: Data da conclusão do ato.

Aplicação: Casos específicos não previstos no art. 178.

Exemplo: Art. 496 (venda de ascendente a descendente) aplica-se o prazo de 2 anos.

Situações Especiais

Menor que Oculta Dolosamente sua Idade

Artigo 180: O menor, entre dezesseis e dezoito anos, não pode, para eximir-se de uma obrigação, invocar a sua idade se dolosamente a ocultou quando inquirido pela outra parte, ou se, no ato de obrigar-se, declarou-se maior.

Princípio: *Venire contra factum proprium* (vedação ao comportamento contraditório).

Hipóteses:

1. Menor **ocultou dolosamente** idade quando perguntado
2. Menor **declarou-se maior** no ato

Consequência: **Não pode** invocar incapacidade para anular.

Requisitos:

- Idade entre 16 e 18 anos (incapaz relativo)
- **Dolo** (intenção de enganar)
- Inquirição pela outra parte ou declaração espontânea

Efeito: O negócio **não é anulável** por incapacidade.

Observação: Protege a boa-fé de quem contratou confiando na declaração do menor.

Limites: Não se aplica a absolutamente incapazes (menores de 16 anos), pois presume-se incapacidade de cometer dolo.

Pagamento a Incapaz

Artigo 181: Ninguém pode reclamar o que, por uma obrigação anulada, pagou a um incapaz, se não o provar que reverteu em proveito dele a importância paga.

Situação: Negócio anulado por incapacidade; houve pagamento ao incapaz.

Regra: Quem pagou **não pode** exigir devolução, salvo se provar que o valor beneficiou o incapaz.

Fundamento: Proteção ao incapaz; evitar seu enriquecimento ilícito, mas também seu empobrecimento.

Ônus da Prova: Cabe a quem pagou provar o benefício (*in rem verso*).

Exemplo: A vende bem a menor B (negócio anulável). A recebeu R\$ 10.000,00. Para reaver, deve provar que o dinheiro foi usado em benefício de B (compra de alimentos, remédios, etc.).

Ponto de Atenção: Exceção à regra geral de restituição no negócio anulado (art. 182).

Restituição das Partes ao Estado Anterior

Artigo 182: Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.

Princípio: *Restitutio in integrum* (restituição integral).

Efeito da Anulação: Retroativo (*ex tunc*) como se o negócio nunca tivesse existido.

Consequências:

1. Restituição das Prestações: Cada parte devolve o que recebeu.

- Comprador devolve o bem; vendedor devolve o preço.

2. Impossibilidade de Restituição: Indenização pelo equivalente.

- Hipóteses: Perecimento, consumo, alienação a terceiro de boa-fé.

Observação: Aplica-se tanto à nulidade quanto à anulabilidade.

Exceção: Art. 181 (pagamento a incapaz).

Frutos e Benfeitorias: Aplicam-se as regras da posse (arts. 1.214 e ss.), conforme a boa ou má-fé das partes.

Invalidade do Instrumento

Artigo 183: A invalidade do instrumento não induz a do negócio jurídico sempre que este puder provar-se por outro meio.

Distinção Fundamental:

- **Negócio jurídico:** Declaração de vontade (substância)
- **Instrumento:** Documento que formaliza o negócio (forma)

Regra: Vício no instrumento não contamina o negócio, se este puder ser provado de outro modo.

Exemplos:

- Contrato verbal válido, mas documento escrito (instrumento) falsificado ou viciado.
- Negócio pode ser provado por testemunhas, confissão, outros documentos.

Limite: Quando a lei exige forma específica (*ad solemnitatem*), o negócio sem ela é nulo (art. 166, IV).

Aplicação: Negócios que não exigem forma especial (princípio da liberdade de forma art. 107).

Ponto de Atenção: Diferencia forma essencial (cuja ausência invalida) de instrumento probatório (cuja invalidade não afeta negócio).

Invalidade Parcial

Artigo 184: Respeitada a intenção das partes, a invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável; a invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

Três regras distintas:

1. Princípio da Redução (*utile per inutile non vitiatur*):

• A invalidade parcial de um negócio jurídico não o prejudicará na parte válida, se esta for separável.

Requisitos:

- **Separabilidade:** Parte viciada pode ser separada sem destruir o negócio.
- **Respeito à intenção das partes:** Parte válida corresponde ao essencial querido.

Exemplo: Contrato tem 10 cláusulas; uma é nula. As outras 9 permanecem válidas se o contrato subsistir sem aquela.

Observação: Aplica-se do princípio *favor negotii* (conservação dos negócios).

Limite: Se a cláusula nula for essencial (sem ela as partes não contratariam), todo o negócio é nulo.

2. Regra da Acessoriedade:

• A invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias.

Fundamento: *Accessorium sequitur principale* (o acessório segue o principal).

Exemplo: Compra e venda nula arrasta nulidade da cláusula penal acessória.

3. Regra da Independência:

• A invalidade das obrigações acessórias não induz a da obrigação principal.

Fundamento: Acessório pode ser inválido sem afetar o principal.

Exemplo: Cláusula penal nula não invalida o contrato principal.

Ponto de Atenção: Esta distinção é essencial; memorize as duas direções da relação principal-acessório.

Quadro Comparativo: Nulidade versus Anulabilidade

Característica	Nulidade Absoluta	Anulabilidade
Gravidade	Vício grave (interesse público)	Vício menos grave (interesse privado)
Legitimidade	Qualquer interessado, MP, juiz	Apenas parte prejudicada
Alegação de ofensa	Sim (juiz declara de ofício)	Não (depende de provocação)

Característica	Nulidade Absoluta	Anulabilidade
Prazo	Imprescritível (perpétua)	4 anos ou 2 anos (decadência)
Confirmação	Impossível	Possível (arts. 172-176)
Natureza da sentença	Declaratória	Constitutiva negativa
Efeitos	<i>Ex tunc</i> (retroage sempre)	<i>Ex tunc</i> (retroage após sentença)
Produção de efeitos	Nunca produziu	Produz até anulação
Convalescimento	Não (art. 169)	Sim (confirmação ou decurso do prazo)
Conversão	Possível (art. 170)	Não há previsão

Súmulas dos Tribunais Superiores

Súmula 346 do STF: A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

Aplicação: Confirma que nulidade pode ser reconhecida de ofício, princípio aplicável também aos negócios jurídicos privados.

Súmula 381 do STF: Nos contratos de previdência privada, o segurado tem direito ao resgate de parte da provisão matemática do benefício a que faria jus, deduzidas as importâncias já pagas pela entidade, na forma da lei e do contrato.

Embora específica, ilustra aplicação do princípio da restituição ao estado anterior (art. 182).

Súmula 473 do STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Reforça distinção entre invalidade e mera revogação.

Súmula 152 do STJ: A partir do casamento, compete à mulher, relativamente aos imóveis do casal, a prática dos atos que dependam de outorga uxória.

Relaciona-se com anulabilidade por falta de autorização (art. 176).

Súmula 494 do STJ: A ação de cobrança de comissão de corretagem prescreve em três anos.

Embora trate de prescrição, é frequentemente cobrada junto com prazos de decadência (art. 178).

Jurisprudência Relevante

STJ, REsp 1.200.679/RS: A simulação relativa não gera a nulidade de todo o negócio jurídico, mas apenas do aspecto simulado, mantendo-se válido o negócio dissimulado se atendidos os requisitos legais.

Aplicação do art. 167, caput.

STJ, REsp 742.299/SP: A nulidade absoluta pode ser reconhecida de ofício pelo magistrado, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, desde que garantido o contraditório e a ampla defesa.

Confirmação do art. 168, parágrafo único.

STJ, REsp 1.302.138/SP: O prazo decadencial para anular negócio jurídico por incapacidade relativa conta-se da data da aquisição da capacidade plena, não da celebração do ato.

Aplicação do art. 178, III.

Pontos Finais para Concursos: Checklist de Memorização

NULIDADE ABSOLUTA Hipóteses taxativas do art. 166 (memorize todos os 7 incisos) Simulação = nulidade (art. 167) proteção a terceiros de boa-fé Alegação: qualquer interessado, MP, juiz de ofício Imprescritível (não há prazo) Não admite confirmação Sentença declaratória Efeitos *ex tunc* Conversão substancial possível (art. 170)

ANULABILIDADE Incapacidade relativa + defeitos do negócio (art. 171) Rol exemplificativo (há outros casos legais) Alegação: só parte prejudicada Prazo: 4 anos (regra) ou 2 anos (subsidiário) Termos iniciais diferenciados (memorize art. 178) Admite confirmação (expressa ou tácita) Sentença constitutiva negativa Produz efeitos até anulação Juiz não pronuncia de ofício

PRAZOS DECADENCIAIS (art. 178) Causa: da cessação Erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo, lesão: da celebração Incapacidade relativa: da cessação da incapacidade Todos: 4 anos

SITUAÇÕES ESPECIAIS Menor que oculta idade: não pode anular (art. 180) Pagamento a incapaz: não restituído salvo prova de benefício (art. 181) Instrumento inválido negócio inválido (art. 183) Invalidade parcial não contamina parte válida separável (art. 184) Principal invalida acessório; acessório não invalida principal (art. 184)

DISTINÇÕES ESSENCIAIS Nulidade Anulabilidade (toda a sistemática) Simulação Fraude Lei Fraude contra credores Forma ad solemnitatem Forma ad probationem Confirmação Conversão Redução Decadência Prescrição

PRINCÍPIOS APLICÁVEIS *â?? Favor negotii (conservaçãŁ dos negĂcios) â?? Pas de nullitĂ© sans texte (nĂŁ hĂ nulidade sem texto legal) â?? Utile per inutile non vitiatur (Ătil nĂŁ se vicia pelo inĂtil) â?? Accessorium sequitur principale (acessĂrio segue o principal) â?? ProteçĂŁo ao terceiro de boa-fĂ©*

Esta matĂria Ă© uma das mais cobradas em provas de concursos, especialmente as distinĂĂes entre nulidade e anulabilidade, os prazos decadenciais e as hipĂteses de cada vĂcio. Domine o quadro comparativo e as particularidades de cada instituto para garantir acertos nas questĂes.

Data de criaçĂŁo

11/24/2025

Autor

admin

Colega de Classe